

## Tráfico de Mulheres: um novo/velho drama amazônico<sup>1</sup>

Lúcia Isabel da Conceição Silva<sup>2</sup>

Marcel Theodoor Hazeu<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda o tráfico de mulheres da Amazônia para o Suriname, baseado na pesquisa Trinacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname, realizada entre 2007 e 2008, sob a coordenação da ONG Sociedade dos Direitos Sexuais Amazônia – SODIREITOS. O estudo ouviu 15 mulheres brasileiras e 8 mulheres dominicanas que vivenciaram a situação de tráfico em clubes no Suriname. Neste texto, discutem-se as situações de violações vivenciadas por essas mulheres antes e durante a situação de tráfico. Uma das conclusões do estudo é a percepção da relação entre a situação das mulheres e o contexto das relações de gênero na Amazônia, assim como resultantes das políticas de desenvolvimento implementadas na região.

**Palavras-chave:** Tráfico de pessoas. Gênero. Amazônia.

**Abstract:** *This article addresses the trafficking of women from the Amazon to Suriname, based on a trinational research on trafficking of women from Brazil and the Dominican Republic to Suriname, conducted between 2007 and 2008 under the coordination of the NGO SODIREITOS. The study surveyed 15 Brazilian women and 8 Dominican women who experienced the situation of trafficking in clubs in Suriname. This paper discusses the situations of violations experienced by these women before and during the trafficking situation. One conclusion of the study is the perception of the relationship between the situation of women and the context of gender relations in the Amazon, as well as results of development policies implemented in the region.*

**Keywords:** *People traffic. Gender. Amazon.*

1 Este artigo foi originalmente publicado como texto inédito em *TRAVESSIA - Revista do Migrante*, ano XXV, n. 71, julho-dezembro/2012, p. 47-60 (ISSN 0103-5576), que gentilmente autorizou a sua republicação.

2 Professora da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora da Sociedade de defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia.

3 Pesquisador e articulador da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia; Doutorando do NAEA/UFPa, bolsista do CNPq.

## 1 INTRODUÇÃO

Falar de Amazônia, nas últimas décadas, tem aludido a diferentes formas de representações: para alguns, o termo pode evocar a imagem de grande extensão de floresta exuberantemente verde, rios caudalosos, tribos indígenas, biodiversidade, potencial ecológico, preservação; para outros, uma representação possível é a da exploração de minérios e outros recursos naturais, do desmatamento, dos conflitos agrários. Junto à primeira alusão, a exaltação da região, já associada à segunda, uma evocação negativa, a visão da região como um grande problema a ser enfrentado. Talvez tenha a ver com este dualismo a afirmação de um famoso cientista de Harvard, Edward Wilson, de que a Amazônia seria uma “catedral, devendo despertar, ao mesmo tempo, temor e admiração” (REVISTA VEJA, 2008).

Na base de ambas representações, entretanto, a clareza, para nós, de que se tratam de visões parciais, em geral do olhar de fora, que sempre marcou o trato das questões da Amazônia. Embora as características citadas sejam inegáveis, é possível afirmar também que, na Amazônia, há muito mais do que uma paisagem exuberante ou recursos naturais a explorar.

## 2 A GENTE DA AMAZÔNIA QUE POUCA GENTE VÊ

São as pessoas que vivem na Amazônia que podem desenvolver um olhar minucioso, que reconhecem as riquezas, mas que também denunciam, com sua voz ou com sua situação concreta de vida, as diversas formas pelas quais a riqueza ou potencial econômico não tem servido à melhoria de suas condições de vida.

Trata-se de uma área que ocupa cerca de 60% do território brasileiro, com importância estratégica nacional e alvo da pressão internacional pela preservação de uma das maiores biodiversidades do planeta. Trata-se, ainda, de uma região que nunca mereceu a atenção devida por parte das políticas governamentais e que, por isso, também concentra problemas de tamanha ou maior relevância, nacional e internacional.

A sua história de ocupação ou exploração foi marcada pela visão de um bioma homogêneo, que reiteradamente negligenciou a população que a habita, os homens e as mulheres que buscam, nos recursos da região, a possibilidade de construir seus sonhos de vida digna para si e para seus filhos.

Ao longo dos séculos, os amazônidas testemunharam as políticas de “desenvolvimento” pautadas na Segurança Nacional e nos chamados Grandes Projetos, impostos de fora e atrelados a poderosos interesses econômicos regionais ou internacionais. Testemunharam o fracasso de alguns (como o da Fordlândia ou do Jari) e o avanço de muitos outros que exploram as riquezas e, quando muito, “beneficiam” a população com empregos precários, baixos salários, instabilidade

e verdadeiros bolsões de miséria nas cidades e pequenas vilas do seu entorno. Vários são os exemplos: a exploração de ouro no Pará, os complexos hidroelétricos, o chamado polo Carajás de exploração de minérios, as incontáveis atividades madeireiras e as agroindústrias, a pecuária e a expansão da cultura da soja.

Todos estes projetos são planejados para cumprir um papel bem definido dentro da expansão do capital nacional e internacional e todos, em geral, baseados e respaldados por pesquisas, incentivos e fortes argumentos sobre a importância socioeconômica e para o desenvolvimento da região e do país.

Argumentos que caem por terra quando se percebe que a população da Amazônia é, na verdade, mera expectadora deste “desenvolvimento”, sem se beneficiar dele e sofrendo, em geral, uma das suas piores consequências: a miséria e a necessidade de abandonar suas terras.

Que o desenvolvimento da Amazônia brasileira deve ser prioridade nacional é fato incontestável, entretanto, este deve se dar a partir das necessidades, interesses e ser protagonizado pela sua população. Esta população que ocupa um território diversificado e que é diversificada: pequenos agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, migrantes de diversos lugares, assentados, garimpeiros, habitantes das periferias das grandes e pequenas cidades, operários, desempregados. Todos com um processo de expropriação, socialização e de vinculação com seu contexto que precisa ser considerado e compreendido.

Um dos resultados dessa expropriação é o processo de migração, que faz com que hoje cerca de 70% da população da Amazônia viva nas cidades, grande parte dela em aglomerados da periferia sem acesso aos bens e serviços básicos, sem alternativas de inserção social ou tendo que, individualmente, construí-las ou procurá-las .

### **3 SITUAÇÃO DAS MULHERES E O TRÁFICO DE MULHERES**

Na Amazônia, a mulher sempre foi percebida em segundo plano. Os programas de desenvolvimento, os investimentos, as políticas socioeconômicas sempre foram direcionadas para o agronegócio e a mineração, que procuram trabalhadores masculinos. A presença da mulher e as questões da sua sobrevivência foram consideradas uma consequência do trabalho masculino. Nesta lógica, as mulheres migraram para dentro da Amazônia atrás dos homens pioneiros, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores da construção, marinheiros e caminhoneiros para ocupar os serviços por eles desejados: trabalhadoras domésticas, prostitutas e/ou para um eventual casamento, muitas vezes, através de aliciadores e traficantes. Este dinamismo fragilizou a posição da mulher na Amazônia e produziu uma cultura permissiva à exploração da mão de obra feminina no mercado do sexo e no âmbito doméstico.

É este contexto que contribui para a configuração do crime do tráfico de mulheres, do qual este artigo pretende expor uma de suas múltiplas facetas, apresentando alguns desses sujeitos do tráfico<sup>4</sup>, mulheres amazônidas, cuja história pessoal e familiar revela uma realidade de violência, exploração, migração e trabalho precoce, todas características contextualmente situadas, relacionadas tanto a problemas econômicos, quanto a marcadores simbólicos de gênero que determinam as trajetórias dessas mulheres.

Na pesquisa sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname, conhecemos 18 mulheres brasileiras, amazônidas (entrevistadas pessoalmente ou através do contato com familiares). A intenção foi conhecer os sujeitos, em especial, as mulheres vítimas ou envolvidas em situações de tráfico, percebendo-as não apenas como números frios, estimativas, prováveis testemunhas em algum processo. Nossa pretensão, desde o início, foi mostrar os sujeitos, suas vidas concretas e o drama humano que os números, na maioria das vezes, escondem. A preocupação é também fugir da tendência à espetacularização da pobreza ou das experiências vivenciadas por estas mulheres, e buscar compreender pontos de vista e diferentes formas de como estas experiências são significadas.

Todas jovens, entre 17 e 34 anos de idade. Oriundas de famílias pobres, com baixa escolaridade, solteiras ou que mantêm união com homens que vivem no exterior e as ajudam esporadicamente. Outras, ainda, mantêm uma relação instável, de idas e vindas, com homens brasileiros, sendo que nenhuma se diz casada.

A maioria delas é mãe e, também, são responsáveis pelo sustento da família, confirmando a tendência de aumento da participação das mulheres como chefes de domicílios, cujo percentual no Estado do Pará passou de 31,28%, em 2006, para 36,81%, em 2010 (IBGE, 2010). Essas mulheres vivem em diversos arranjos familiares: algumas vivem com seus filhos, outras vivem com diversos tipos de parentes (mãe, avó, tia, irmã, cunhados, conhecidos). Há também as que vivem sozinhas, cujos filhos, em geral, estão com outras pessoas: pais, avós, tios ou conhecidos. Esta separação das famílias também é comum num contexto de escassez de recursos em que as pessoas buscam alternativas de sustento através de sucessivas separações, reagrupamentos, negociações diversas e possíveis. Esta é um pouco a cara nova das novas famílias pobres na Amazônia.

No mais, essas mulheres repetem as mesmas características da população pobre: baixa escolaridade, experiência de trabalho informal ou subemprego (bicos ou trabalho doméstico, predominantemente), baixíssimos rendimentos. É muito comum elas sobreviverem da pouca e irregular ajuda dos pais de seus filhos, ajuda esta que não é obtida sem certo esforço ou sacrifício (elas precisam pedir várias vezes, ir atrás etc.).

<sup>4</sup> A realidade dos sujeitos aqui referidos é parte da Pesquisa Trinacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU et al., 2008).

Moram em bairros da periferia, bem afastados do centro, ou em pequenos municípios do interior dos estados. Suas casas estão em condições bastante precárias. Poucos cômodos pelos quais se distribuem várias pessoas com relações de parentesco bem diversificadas. A vontade de mudar de vida, ter uma vida melhor é a marca comum.

Na história de vida das mulheres identificadas, a realidade concreta e as formas de significação dessa realidade se imbricam, são essas negociações que conformam suas identidades:

DI. 34 anos, solteira. Teve um pai de criação, fora dada para outra família depois que este pai morreu. Trabalhou como babá dos 5 aos 14 anos. Teve sua primeira relação sexual aos 15 anos – “Eu não sabia que tinha perdido a virgindade, ele me deu vinho, quando acordei, ele já estava em cima de mim” – conta. Ela tem quatro filhos, cada um de um pai diferente. Alguns desses pais eram clientes de DI. Um dos filhos nasceu de um estupro. Ela passou grande parte da vida morando separada dos filhos e parou de estudar cedo. Foi convidada a ir para o Suriname a fim de trabalhar num restaurante, mas na verdade foi levada com mais sete meninas para um clube fechado, quando tinha 23 anos. “Quando cheguei lá, fiquei assustada. Tinha até um micro-ônibus pra levar as meninas. Chegando lá, eu olhei e vi um monte de mulheres num privê. Funciona de dia, as meninas que querem trabalham pra pagar mais rápido (a dívida). Tem uma: é obrigatório trabalhar. Quando foi à noite, ele (o dono do clube) chamou as meninas no escritório, ele deu as boas-vindas e disse que se fôssemos obedientes, poderíamos ser grandes amigas dele. Foi um inferno. Fazia programa até doente pra pagar habitação, comida e limpeza”, relata.

DI foi levada depois para outros clubes na Alemanha e na Holanda. Foi mandada de volta ao Brasil, depois de dois anos, por não ter visto de permanência. No retorno ao Brasil, viveu crises de depressão e problemas de saúde devido ao uso de drogas. Esteve internada num centro de recuperação em Belém. Hoje ela tenta ganhar a vida fazendo salgadinhos e doces, voltou a morar com a mãe e seus filhos e pretende voltar a estudar.

Nessa outra Amazônia, tão real quanto sua exuberante floresta, as tramas que se tecem e tecem a vida dos seus sujeitos também são reais. Evidentemente, essas mulheres não podem ser tomadas como representantes do povo da Amazônia em sua totalidade, mas, certamente, são parte integrante dele e porque não, resultantes também do processo de “desenvolvimento” aqui empreendido. Não dizemos que são heroínas, nem vítimas ou vilãs, tampouco

pretendemos tomá-las como representativas de todo um conjunto de mulheres, de forma que pensemos ser possível generalizar as situações relatadas. São sujeitos concretos, que se constroem nas redes de relações que vivenciam. Desta forma, são sujeitos envoltos em uma multiplicidade de questões, com todas as limitações e contradições que a vida humana é capaz de revelar.

Ao falar da vida dessas mulheres, é impossível não falar das suas relações com outras mulheres e com os homens e daí a alusão ao gênero e à forma como essa categoria é atravessada por outras categorias definidoras de poder, tais como classe, raça, nacionalidade e idade.

Faz-se referência à dimensão relacional do gênero, o que significa que ele se reconstrói nas relações entre as pessoas, entre os gêneros. As diferenças são antes criadas nas e pelas relações e nas significações que homens e mulheres atribuem às suas vidas e aos fatos do contexto em que vivem.

O que é ser mulher? O que é ser mulher em cada espaço social? Como se aprende a ser mulher? E como as características extremamente hostis de vida – como é o caso da vida de DI, filha de criação, dada para outra família, babá, estuprada, traficada, prostituída – combinaram-se na construção dessa identidade?

Aqui são esses marcadores materiais e simbólicos já referidos que se entrelaçam na construção dessa história, e que permitem classificar as pessoas e definir quem vale mais ou quem pode menos.

É impossível não pensar a sociedade moderna como marcada pela moral sexual cristã, com a dominação masculina e a submissão da mulher. No caso do tráfico de mulheres, esta situação é levada às últimas consequências.

A literatura feminista ou sobre a condição da mulher é fértil em demonstrar o esforço da sociedade na produção da feminilidade submissa e obediente (ao homem, essencialmente). Logo, as primeiras características definidoras de uma identidade feminina se constroem em relação, ou em contraposição, à identidade masculina. É como se a mulher aprendesse a se pensar a partir do homem ou por ele.

Desde a tenra idade, as mulheres entrevistadas foram forçadas a assumir papéis tradicionalmente pensados para elas, deixando pouca opção de poder refletir sobre o rumo da sua vida. Antes de descobrir e vivenciar sua sexualidade infantil e juvenil, homens adultos já violentaram a intimidade de várias mulheres entrevistadas e ensinaram que a sua sexualidade, seu prazer e seu momento são submetidos ao desejo, poder e vontade deles. O tempo de brincar e estudar para a metade das mulheres entrevistadas foi precocemente interrompido para trabalhar como doméstica ou babá em casa de outras famílias (vivendo a primeira experiência de tráfico), aprendendo que estão naquele espaço para servir e obedecer, certamente não para crescer. É antes de poder passar pela fase de transição para se tornar uma mulher adulta, que todas, com exceção de duas mulheres, são forçadas a assumir o papel de mãe. A gravidez

e a maternidade precoce chegam como última violação da sua possibilidade de decidir sobre o que querem fazer com sua vida. Elas são obrigadas a pensar e viver para cuidar dos seus filhos, pois o pai biológico não assume esta responsabilidade, que ele entende ser exclusivamente da mulher. Com estas marcas de formação da identidade é que as entrevistadas entram na rota do tráfico de pessoas, buscando na mudança de lugar a retomada da sua autonomia, mas caindo literalmente na rede de exploração e continuando a se definir a partir da ação masculina.

GA, 26 anos, três filhos. Foi para o Suriname pela primeira vez “por vontade própria”. “Talvez lá fosse melhor do que aqui”, pensou. Procurou uma mulher que sempre levava meninas e se ofereceu. “Eu sabia que ia para um clube trabalhar como prostituta, mas eu não sabia o que ia pagar lá dentro, que ia entregar meu passaporte, ficar presa. Eu fiz contrato de 450 dólares sem saber. Eu trabalho pra pagar a passagem, pago o dobro. Ela (a gerente) não gostou de mim porque eu sou o tipo de pessoa que, quando tenho que dizer, eu digo. O patrão veio passar a mão em mim e eu disse: O senhor é patrão, eu empregada. O senhor no seu lugar, eu no meu. Ele não gostou de mim”, declara.

Trabalhou pouco tempo num clube e depois arranhou um protetor, um holandês amigo do dono do clube que passou a ajudá-la e com quem passou a viver uma relação conjugal. Este homem, na verdade, é casado com uma surinamesa e, além disso, mantém uma relação conjugal com uma irmã de GA. Ela, portanto, passou a ser sua terceira esposa. “Foi no dia em que cheguei lá. Esse holandês era amigo do marido da minha amiga (dono de um clube) e, quando eu vi, foi amor à primeira vista. Ele foi meu anjo da guarda mesmo. Eu tinha ajuda do holandês e, às vezes, ele pagava a minha estadia no clube, alimentações... Ele se aborrecia porque sabia que à noite as meninas tinham que ficar com todo tipo de homem. Lá no Suriname, eu fico sozinha numa casa alugada. Eu acho bom. Ele me dá dinheiro todo dia. Quando eu quero sair, o empregado dele me leva. Pra ele, eu sou mulher dele. Eu não sou mais puta. Ele tem cuidado com minhas roupas, pra ninguém me comparar com uma garota de programa. Eu tenho medo de magoar ele”.

Em função da situação, GA não fica sempre no Suriname, sendo mandada de tempos em tempos para Belém e depois, por insistência sua, ele a chama para o Suriname.

GA afirma que sua vida está melhor hoje, pois conseguiu comprar as coisas para seus filhos, cama e outros móveis para a casa. “Financeiramente, minha vida está melhor”, afirma”.

O que a “escolha” de GA revela é a apropriação e a aceitação de uma expectativa de comportamento submisso, que se manifesta de forma voluntária, consensual. Uma estratégia? Uma forma de vida um pouco menos adversa que a rotina do clube (jornada exaustiva, obrigação de trabalhar doente ou menstruada, endividamento crescente)?

Viver nas bordas de um “senhor”, já com duas outras mulheres, ainda assim parece mais atraente e vantajoso, e é isso o que ela escolhe. Sua escolha, assim como todas as das demais mulheres, parece ser entre duas formas de violência, e ela recorre àquela que é mais sutil e não se exerce a partir da violência física. Ainda mais porque se envolveu afetivamente, gosta dele e quer ficar com ele. Ela revela sua grande vontade em ter um filho deste homem. A vontade do “marido” passa a ser sua própria vontade.

Essa postura de aceitação tem consequências para a construção de condutas emancipatórias, já que

[...] é precisamente esta assimilação da vontade externa como se fosse própria – assimilação esta socialmente condicionada e que mata, no nascedouro, a própria autorrepresentação do dominado como um ser independente e autônomo – que o conceito de sadomasoquismo quer significar (SOUZA, 2003, p. 121).

A mulher define-se em função do homem? Pode-se dizer, portanto, que a identidade feminina é, desde o início, construída a partir da dicotomia masculino/feminino ou homem/mulher. Conforme afirma Scott (1990), este caráter binário vai marcar as percepções das relações entre homem e mulher, dentro da lógica de dominação/submissão. Seria essa expectativa de subserviência que incentiva o recrutamento e o tráfico de tantas mulheres para prestação de serviços sexuais?

E o que dizer dos homens, “os senhores”, não mais de engenhos, mas de clubes e de residências, as segundas casas alugadas para manter *buitenvrouwen* (mulheres fora do casamento)? Como os senhores de engenho, os “novos” senhores encarnam a posição do poder central, se autoatribuem o direito de dispor da vida dessas mulheres e ainda exigem delas obediência? Estaria ainda aquela figura do grande patriarca a inspirar modelos de organização e de comportamentos?

Mesmo correndo o risco de parecer demasiado simplista, é possível dizer que a vida dessas mulheres constitui-se numa sequência de subordinação aos interesses, às exigências e aos prazeres dos homens. O domínio e controle da sexualidade feminina levados ao mais extremo e pungente significado. Estas mulheres, por sua vez, admitem naturalmente o crime, sem a necessidade de recorrer a nenhuma justiça.



A oposição entre as classes assume formato semelhante ao das desigualdades de gênero (SOUZA, 2003) e isso está particularmente explícito na história de GA e sua relação com a figura do protetor-marido, europeu, que, no contexto da luta intercultural, passa a ser idealizado como superior, digno de *status* e sucesso. Ainda que, na prática, ele seja tão explorador quanto todos os outros.

Ademais, é importante frisar que não estamos falando apenas de mulheres, mas de mulheres de um determinado contexto, classe social, idade, quer dizer, de identidades permeadas por uma complexa rede de poder; todos aspectos evidentes na história que segue:

LU. Cinco filhos, com quatro homens diferentes; nenhum deles contribui para o sustento dos mesmos. Relata problemas com a mãe, que a espancava sistematicamente, e abuso sexual por parte do padrasto, dos 6 aos 14 anos. “Minha mãe nunca teve amor pelos filhos. Fui dada para os outros e me batiam muito. Meu padrasto se servia de mim desde os meus 6 anos”, conta. Aos 14 anos, ela fugiu de casa. Depois se juntou com o primeiro marido. “Ele bebia muito, era muito violento e me batia demais”, acrescenta. Três dos cinco filhos moram com a mãe dela. Os outros dois (com 8 e 10 anos de idade) moram com ela e ficam sozinhos quando ela sai para fazer programas. LU envolveu-se com um francês com quem morou na Suíça. Relata que ficava trancada em casa e que era obrigada a trabalhar como doméstica na casa dele e na casa do filho dele. Pediu para voltar ao Brasil e foi denunciada por roubo para a Polícia na Suíça, sendo deportada.

LU afirma ter muita vontade de trabalhar de outra forma: “Eu sinto raiva, nojo. Me sinto humilhada por vender meu corpo para ganhar 20, 30 reais. Nós somos puta e vagabunda. Sempre existe uma ‘discriminalidade’ contra a mulher. A mulher tem que estar na beira do fogão para os homens. Eu me sinto revoltada porque eu não posso fazer o que eles (homens) podem. Só porque são homens? São machistas, racistas, isso é discriminação”, desabafa.

Como é possível pensar ou compreender o sujeito nesse conjunto de fatores? Pensamos na mulher como mãe, como prostituta, mas isso talvez seja ou diga muito pouco a respeito do significado desta identidade em sua totalidade. Na história de aprendizagem sobre ser mulher, estão, possivelmente, as marcas mais cruéis deste significado: estupro e abuso sexual, violência em nome da satisfação do prazer do outro, tentativa de obediência impingida à força, ao espancamento, primeiro pela mãe e depois pelos maridos que teve.

Nas histórias, também é possível encontrar exemplos de mulheres com capacidade de resistência. Todas as pressões e violências sofridas não geraram uma subjetividade conformada, ao contrário, há também resistência e negação da submissão. Fugas, migração, ainda que nem sempre essas buscas resultem em condições objetivas de construção de autonomia. Pode-se falar, lamentavelmente, de uma combinação de resistência e impotência. Nas histórias das mulheres, sucessivas situações de submissão aos homens: os primeiros maridos; os “casamentos” no exterior; os programas na rua, em Belém.

A demonstração de revolta, manifesta no discurso de algumas mulheres, parece compreensível já que, mesmo tendo motivos diversos e fortes para construir uma imagem bastante negativa dos homens a partir de sua vivência concreta, contraditoriamente é a eles que precisam submeter-se como prostitutas para garantir sua sobrevivência financeira – explicação suficiente para as demonstrações explícitas de indignação.

Quantas inscrições marcam a construção dessas mulheres: sonhos de construir a vida, comprar suas coisas, ajudar a família. Algumas nunca haviam feito programas no Brasil, negando a premissa de que as mulheres que vivem em situação de tráfico são todas já prostitutas. Para além da inserção na “zona”, a situação de pobreza é a que vulnerabiliza, embora em determinados momentos os constrangimentos de classe sejam colados aos constrangimentos de gênero.

Por atos criminosos, as vidas se transformam e elas são forçadas a aventurarem-se em outros lugares, outros países, buscando, individualmente, estratégias para continuar sobrevivendo. Caiena, Suriname, Suíça, casamentos nos garimpos, verdadeiras odisséias em busca de melhores condições de sobrevivência, que redundam sempre em novas situações de privação e submissão.

Por fim, algumas delas desistem resignadas e entregam o controle de suas vidas a outra pessoa, um homem, suposto companheiro. Não fazem planos de futuro, não sonham. Não têm direito de sonhar? Talvez a atrocidade da situação vivenciada possa explicar esta “desistência”, às vezes a opção por uma vida tranquila, ainda que heterônoma. Não ter as rédeas de seu destino nas mãos, parece ser traço comum deste povo historicamente acostumado à expropriação de suas terras, suas raízes.

Como a água dos rios da Amazônia que sempre estão em movimento, correndo e penetrando na floresta e buscando seu caminho ao mar, os homens e as mulheres da Amazônia, índios, quilombolas, garimpeiros, homens e mulheres urbanos parecem em constante migração. Expulsos das suas terras, fugindo da miséria e da violência, em busca dos eldorados que a Amazônia promete conter. A melhoria de vida está na promessa de outro lugar, pois não há investimentos públicos ou privados para encontrá-la no lugar onde moram. Neste vaivém

na Amazônia, as fronteiras nacionais são principalmente políticas e pouco concretas, físicas, reais. Muitos povos e pessoas se movimentam entre os países da Amazônia como se fosse parte da mesma realidade de floresta, garimpos, violência, contradições e, principalmente, da afirmação da “não cidadania”. É no vácuo deixado pela ausência de políticas sociais e econômicas que chegam, até os amazônidas desconsiderados, as redes criminosas que organizam a exploração como se fosse uma resposta, as propostas de “ajudar” as mulheres e suas famílias, àquelas às quais o investimento do Estado não chegou. Para essas famílias e para sociedades inteiras, é sobre as vulnerabilidades e sobre seus sonhos de vida digna que as redes de exploração atuam.

O ponto de partida é a abordagem às mulheres “coincidentalmente” num momento em que essa vulnerabilidade é mais evidente: perderam o emprego, sofreram ou estão sofrendo violência doméstica, têm filhos pequenos, foram abandonadas pelos companheiros. Os aliciadores são pessoas da comunidade que estão próximas às mulheres, às vezes parentes, que oferecem a oportunidade de emprego no exterior, geralmente na prostituição, acenando com altos ganhos num curto prazo. Para outras, a proposta é mais enganosa: trabalho de babá, garçonzete, vendedora em lojas. São as propostas que elas não recebem em Belém, ou que não podem assumir, pois precisam estar com seus filhos. O sonho de comprar uma casa, reformar a casa dos pais, dar as coisas para os filhos, ter roupas, comidas parece descortinar-se.

Esta “ajuda salvadora”, pelo momento e forma como chega, induz a mulher a desculpar o aliciador de todas as violências que ela viverá depois. Elas assumem, geralmente sozinhas, a responsabilidade de ter caído nas armadilhas do tráfico.

O segundo sujeito que a rede de tráfico apresenta como parceiro das mulheres é justamente o dono dos clubes onde elas são mantidas em cárcere privado e exploradas, ou alguns de seus amigos. De início, ele assume a postura de amigo, que trata bem, (algumas são até recebidas com flores), apresenta-se como a pessoa que quer que ela ganhe rapidamente seu dinheiro e que resolve os conflitos entre as mulheres no clube. Até o fato de não pagar em dinheiro para as mulheres, mas somente anotar num caderno seus ganhos e suas despesas (explicitamente manipuladas, com muitas arbitrárias) é apresentado como se fosse um cuidado e investimento para o futuro.

A rotina nos clubes é nociva: horário rígido para fazer salão e atender aos homens, com obrigatoriedade de cumpri-lo mesmo quando doentes ou menstruadas, neste caso são obrigadas a usar esponjas na vagina para conter o fluxo; o não controle dos seus ganhos, que é feito pelo dono do clube, pelo qual são sucessivamente lesadas; cobranças extorsivas pelo valor das passagens aéreas, habitação, transporte e roupas – tudo controlado pelo clube. Há ainda

controle médico obrigatório e quinzenal, por um serviço público ou privado, porém, ambos pagos pelas próprias mulheres. Este controle é justificado como cuidado e preocupação com o bem-estar delas, ainda que, em caso de doença, as mesmas precisem pagar para receber tratamento; são multadas por não poder trabalhar e podem ser expulsas do clube e do país sem direito a nada. Os resultados de exames que atestam doenças graves como aids, por exemplo, são repassados para os donos dos clubes e não para as mulheres.

Há relatos de mulheres que se rebelam e que simplesmente somem. Para outras que se rebelam ou resistem, como em um conto de fadas, aparece um amigo do dono do clube, que paga sua dívida, a salva da escravidão e a assume como uma das suas mulheres. A esses, elas passam a ser eternamente gratas. Àquelas que permanecem por algum tempo no Suriname, às vezes, é dada a oportunidade de voltar ao Brasil, levando presentes e algum dinheiro para a família, sempre numa quantidade que não possibilita nenhuma mudança concreta nas suas condições de vida e da sua família no Brasil, mas que podem ser apresentados como indícios de história de sucesso e uma promessa para mais. Assim, elas continuam sonhando e dependendo do salvador no Suriname e estimulando outras mulheres a seguirem seu caminho.

Ironicamente, não encontramos nenhuma mulher que tenha retornado ao Suriname com a passagem já adquirida por ela (diga-se, com valor redobrado); normalmente, esta passagem vence durante a sua estadia no Brasil e só consegue retornar quando um novo protetor compra outra passagem e a endivida novamente, desta vez com ele.

Pode-se perguntar: onde estão os serviços de proteção, assistência e até de saúde que elas necessitam encontrar como eventuais salvaguardas neste mar de exploração disfarçada? A resposta é direta: para essas mulheres, não se encontram em lugar algum. Nenhum tipo de apoio ou ajuda no Suriname, país no qual elas assumem sozinhas, os riscos de sua permanência ou de sua decisão de fugir. Nenhum tipo de assistência no seu retorno ao Brasil. Todas as evidências nos aeroportos passam despercebidas, aliciadores despachando as mulheres como se fossem mercadorias, funcionários no aeroporto do Suriname recebendo-as, anotando um endereço qualquer para despistar o agente policial, entregando-as depois nos carros que as conduzem para os clubes. Quando vão ao Posto de Saúde, são permanentemente vigiadas por taxistas-seguranças. Tudo isso parece sempre “normal”.

As tentativas de denúncias resultaram desestimuladas pela morosidade, falta de sensibilidade com a situação das mulheres, tratamento moralista e preconceituoso com que foram tratadas. Os processos que chegam a ser instaurados não são concluídos, os acusados permanecem impunes e as mulheres descrentes de que vale a pena denunciar. Algumas não acham que foram vítimas de um crime, logo não têm o que denunciar. Muitas outras temem por suas vidas e de suas famílias, já que parte da rede está bem próxima, é vizinha.

A rede de assistência à mulher não chega a incluí-las. A única mulher que foi “atendida” ficou num albergue por três meses para garantir que ela denunciasse os traficantes. Há aquelas que voltam grávidas e, segundo elas mesmas referem, com uma situação bem pior do que a anterior. Os elementos de reprodução da situação de violência se configuram: nenhuma condição de emprego, estudo, inserção social, mais um filho pra criar, novas vulnerabilidades.

Este parece ser o retrato concreto da política atual de enfrentamento ao tráfico no Brasil. Mas pode acenar com mudanças, desde que as ações elaboradas a partir da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Plano Nacional sejam direcionadas para atingir as pessoas e famílias em situação de tráfico de pessoas. Distante, ainda, da realidade vivida pelas mulheres nas rotas do tráfico, muitas ações do Plano Nacional visam fortalecer políticas já existentes (como da assistência e das políticas voltadas para as mulheres) que até agora não incluíram as mulheres traficadas e suas famílias. Precisa-se de criatividade e direcionamento dentro dessas políticas (não propagamos serviços específicos novos!). Mulheres jovens, mães solteiras de famílias pobres têm direito a uma atenção especial, não só dos traficantes, mas principalmente das políticas públicas. Uma bolsa família digna, com exigência da corresponsabilidade do pai biológico e investimentos na empregabilidade e renda seria um primeiro passo na concretização da diminuição das vulnerabilidades.

Sabendo da realidade no Suriname, a necessidade de firmar e ratificar acordos bilaterais com este país é evidente, (até este momento, 2008, nenhum acordo que beneficie o enfrentamento ao tráfico de pessoas foi ratificado), além de tratar do tráfico de mulheres entre Brasil e Suriname como prioridade nos encontros com este país vizinho, tanto no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), quanto em outros fóruns. O Plano Nacional prevê investimentos nesta área, sem apontar com quais países. Espera-se que o Suriname seja uma prioridade.

Deve-se pensar num trabalho de abordagem direta no Posto de Orientação no aeroporto de Belém<sup>5</sup> para orientar e acolher as pessoas em trânsito para o exterior, algo que exige um bom planejamento, mas não necessariamente grandes investimentos, pois o aeroporto é pequeno, assim como é pequeno o número de voos.

Uma investigação policial com uma equipe de policiais presentes no Brasil e no Suriname (da mesma forma como agem os traficantes), designada para mapear as redes do tráfico nos dois países, pode conseguir processar um grupo criminoso e desequilibrar sua posição cômoda, não perturbada e lucrativa.

<sup>5</sup> Depois da pesquisa trinacional, o Governo do Estado do Pará criou um Posto de Orientação no aeroporto que, infelizmente, funciona de forma precária.

O que sugerimos é que o já segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas se torne concreto e a região amazônica possa exportar, em vez da sua população marginalizada, um exemplo e sinal claro de afirmação dos direitos humanos. Como se vê, há outra Amazônia que precisa ser vista, encarada, tornada alvo de investimentos. São outros temas que merecem figurar no mesmo patamar dos grandes debates sobre a preservação e a conservação da biodiversidade.

As histórias de tráfico aqui relatadas revelam a verdadeira face de uma parcela dessa população e revelam também a grande incapacidade do Estado de investir na região. Claro está que a região tem potencial para gerar riqueza. O que é preciso é que esta sirva de instrumento para garantia de educação, saúde e qualidade de vida às pessoas que aí vivem.

O apelo e a expectativa vão na direção de um projeto de desenvolvimento sustentável que garanta a preservação dos recursos naturais da região, a partir do manejo e uso sustentáveis da sua biodiversidade, mas, simultaneamente, garanta a sobrevivência digna da sua população, com direito à vida digna, condições de moradia, serviços públicos, cumprimento dos direitos sociais. Este é o desafio que se apresenta pensando num projeto político para a Amazônia brasileira.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

HAZEU, Marcel et al. *Pesquisa Trinacional Sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: Uma intervenção em rede*. Relatório de pesquisa. Belém: Sodireitos, 2008.

REVISTA VEJA. *Especial Amazônia*. Edição 2.053, março de 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: por uma Sociologia Política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.